



Boletim Goiano de Geografia
E-ISSN: 1984-8501
boletimgoianogeo@yahoo.com.br
Universidade Federal de Goiás
Brasil

Magon Whitacker, Guilherme
SOBRE O DISCURSO IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A
REPRODUÇÃO DO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO
Boletim Goiano de Geografia, vol. 33, núm. 1, enero-abril, 2013, pp. 83-99
Universidade Federal de Goiás
Goiás, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=337127388007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

SOBRE O DISCURSO IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A REPRODUÇÃO DO MODO CAPITALISTA DE PRODUÇÃO

SUSTAINABLE DEVELOPMENT IDEOLOGICAL DISCOURSE AND THE REPRODUCTION OF THE CAPITALIST MODE OF PRODUCTION

SOBRE LO DISCURSO IDEOLOGICO DEL DESARROLLO SOSTENIBLE Y LA REPRODUCCIÓN DEL MODO DE PRODUCCIÓN CAPITALISTA

Guilherme Magon Whitacker - Universidade Estadual Paulista - Presidente Prudente - São Paulo - Brasil
guilherme_whitacker@yahoo.com.br

Resumo

Entendemos que as controvérsias acerca da relação sociedade e natureza, na atualidade, costumam resultar em conclusões simplistas. Isto porque a estratégia utilizada é discutir questões relativas a esta relação com a criação de novas tecnologias, sem levar em conta os motivos maiores do exacerbado consumo de recursos naturais. Consideramos, portanto, que a adoção sem maiores preocupações de novos termos, como “desenvolvimento sustentável”, pode estar ligada a um processo maior de apropriação do capital descaracterizando aquilo que poderia ser de fato positivo para a sociedade contemporânea. Ou seja, a apropriação da ideia de desenvolvimento sustentável pelo modo capitalista de produção tem corrompido as expectativas geradas desde que esta foi pronunciada.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, ideologia, discurso.

Abstract

We understand that controversies about the relationship between society and nature, nowadays, usually result in simplistic conclusions, due to the fact that the strategy employed, that is to discuss such a relationship with the creation of new technologies, does not verify the reasons for exacerbated consumption of natural resources. However, the adoption of concepts, such as sustainable development, can be linked to a larger capital appropriation process. The appropriation of the idea of sustainable development by the capitalist mode of production has corrupted expectations since it was pronounced.

Keywords: sustainable development, ideology, discourse.

Resumen

Creemos que las controversias sobre la relación entre la sociedad y la naturaleza, hoy en día, por lo general conducen a conclusiones simplistas. Esto se debe a la estrategia utilizada de debatir cuestiones relativas a esta relación como un impedimento a la expansión capitalista, donde la creación de nuevas tecnologías, que no verifican las razones de un mayor consumo exacerbado de los recursos naturales, se declara como la solución adecuada. Creemos que la adopción de esta modalidad, sin mayores preocupaciones con el uso de nuevos términos como “desarrollo sostenible”, puede ser vinculado a un proceso más amplio de la apropiación del capital sobre lo que podría ser otro punto de vista para la sociedad contemporánea. Es decir, la apropiación de la idea de desarrollo sostenible por parte del modo de producción capitalista, ha dañado las expectativas desde que fue declarada.

Palabras clave: desarrollo sostenible, la ideología, el discurso.

Introdução

Este artigo está elaborado na perspectiva de interpretar a relação entre a sociedade e a natureza sob o enfoque do desenvolvimento sustentável, que a nosso ver pode estar sendo mascarada por um discurso ideológico reducionista em que as bases estruturais que conduzem a sociedade ao consumo ilimitado, inclusive de recursos naturais, não são consideradas. Nossa pretensão é dialogar com o pensamento geográfico na tentativa de demonstrar que o desenvolvimento sustentável na verdade se tornou um grande negócio para o capitalista.

Isto se manifesta não só pelo surgimento de movimentos em defesa do verde como também pelos anúncios, cada vez mais frequentes, que nos tentam vender “qualidade de vida”. Mormente no mercado imobiliário. Estranho paradoxo este da “questão ecológica”: todos, independentemente da sua posição social, incorporam o discurso do verde, do combate à degradação ambiental, constituindo um verdadeiro modismo [...]. Pensamos que nunca um discurso tenha sido capaz de reunir tantas opiniões divergentes como o da “questão ecológica”. (Porto-Gonçalves, 1982, p. 221)

Esclarecemos de início que não realizaremos o esforço de interpretar o desenvolvimento sustentável a partir de um estado utópico, como algo inexistente, mas sim como ideia que existe independente do posicionamento do pesquisador e que, portanto, se manifesta através de sua historicidade e busca se concretizar através de um discurso ideológico que funda vínculos sociais e produz representações e pautas morais que se afastam da experiência do conhecimento e apresentam uma falsa descrição da realidade. Também não utilizaremos aqui termos como “eco-desenvolvimento”, “sustentabilidade” ou “modernização ecológica”, pois estamos trabalhando com uma ideia oficialmente publicada pela Organização das Nações Unidas (ONU), e entendemos que as palavras só devem ser usadas em seu sentido mais preciso possível (Sposito, 2004).

Reflexões sobre uma ideia planejada: o desenvolvimento sustentável

Devido aos crescentes alardes, principalmente a partir da década de 1990, sobre possíveis catástrofes naturais, muito tem sido escrito e falado sobre a necessidade de ruptura com o atual estágio desenvolvimentista.

Este rompimento vem se apresentando como uma promessa de vida longa para a humanidade e convencionou-se chamá-lo de desenvolvimento sustentável. Para que não sejamos absorvidos de imediato por esta ideia encantadora, propomos uma interpretação da mesma. Esta ideia, a nosso ver, necessita de esclarecimentos sobre vários aspectos; abordaremos aqui seu aspecto ideológico.

Esclarecemos que trabalhamos a questão do desenvolvimento sustentável, na perspectiva de ideia e não como conceito, como geralmente ocorre, pois a nosso ver não se trata de um conceito acabado, como muitos afirmam, mas sim de uma ideia ou proposta, ativa e positiva sem dúvida, mas ainda em construção.

De acordo com Deleuze e Guattari (1997), todo conceito remete a um acontecimento e entendemos que o desenvolvimento sustentável ainda não se concretizou, não passando de atitudes isoladas que pouco podem interferir no sonho de uma vida longa para a espécie humana sobre o planeta Terra. Não há acontecimento e, conseqüentemente, não há conceito (Deleuze; Guattari, 1997).

A ideia de desenvolvimento sustentável, construída e aplicada nos contextos que temos observado deve ser esclarecida para que possamos entender se ela implica a proposta de outro modelo de desenvolvimento ou se simplesmente pressupõe ajustes no atual modelo, com limitações verdes que de nada alteram os impactos do modo de produção capitalista vigente.

A necessidade de uma análise da ideia se justifica pelo enorme abismo que distancia o discurso da prática. Quem ainda não adotou essa ideia, carece de razão consistente para adotá-la, e quem já a adotou não é capaz de justificar racionalmente tal decisão a quem não a tenha adotado. Esta ideia, tal como proposta pela ONU, e os limites sociais, políticos e econômicos enfrentados por distintos países para colocá-la em prática, considerando o marco do atual sistema econômico, demonstram dificuldades para que se rompam as barreiras entre o discurso e a prática.

A ideia de desenvolvimento sustentável abre espaço para enorme discussão quando não especifica, como já foi exaustivamente repetido, quais são as necessidades das gerações presentes e muito menos as das gerações futuras. A discussão sobre a ideia de desenvolvimento sustentável, reconhecemos, vem sendo realizada. Porém, o problema maior é que essa discussão raramente se dá sobre o modo de produção capitalista; em

outras palavras, o desenvolvimento sustentável, tal como proposto, não foi e raramente é discutido com fundamentação crítica sobre a acumulação do capital. Na verdade, esta ideia foi criada com a intenção de preservar recursos naturais para o capitalismo e não de solucionar questões relativas ao meio natural decorrentes do mau uso dos mesmos.

A análise e a discussão das questões relativas ao meio ambiente e as ameaças ecológicas cada vez mais prementes que pesam sobre as condições físicas e sociais da reprodução em partes determinadas do globo, se fizeram – e continuam ainda a se fazer muito largamente no exterior de uma referência forte a uma problemática marxiana e/ou marxista. Elas se fizeram, salvo exceção, sem que se estabelecessem laços fortes com as molas da acumulação capitalista, que se efetua, hoje, sob a égide de uma nova configuração do capital financeiro. Elas se fizeram sem que houvesse um enunciado claro do fato de que as relações de produção capitalistas são também, e de forma simultânea, relações de dominação, cuja reprodução e expansão se operam no quadro de relações imperialistas renovadas. Elas se fizeram fora da análise crítica das relações sociais fundadas sobre a propriedade privada e da demonstração de suas implicações cotidianas. (Chesnais; Serfati, 2003, p. 7)

Desse modo oculta-se o principal desafio para superar o conflito entre a produção industrial e os limites de exploração de recursos naturais, que seria alterar os padrões de produção e consumo. A ideia de desenvolvimento sustentável oferece ainda uma proposta homogênea para as diferentes populações, impondo igualdade de soluções para diferentes culturas. Ou seja, favorece diferentes interpretações, fato que tem facilitado sua aceitação e utilização por práticas e estratégias profundamente contraditórias, para não dizer insustentáveis.

Pois bem, direcionando-nos aos objetivos propostos lembramos que na década de 1970 o mundo se viu abalado pela crise do petróleo. O impacto causado pelo aumento dos preços e pelo embargo árabe às exportações do petróleo ao Ocidente gerou uma crise de proporções gigantescas, pois debilitou o consumo de energia e desestabilizou os mercados financeiros mundiais (Oliveira, 2005).

A crise do petróleo foi o resultado da decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo de exigir de seus importadores valores mais elevados pelos seus recursos naturais. Esta decisão trazia à balança de poderes uma nova intempérie na reprodução do modo capitalista de produção, expondo-o à falta de combustível para sua reprodução, ou seja, à falta de recursos naturais (Carvalho, 1997).

A percepção de que o capitalismo é totalmente dependente de recursos naturais forçou organismos internacionais a se mobilizarem para proteger esses recursos. Assim, a ONU só passou a se preocupar com questões relativas ao meio natural após ter sido acuada pela sociedade, mas também, e a nosso ver, principalmente, por interesses políticos e econômicos.

Nesse momento teve início um período de conferências internacionais que forçaram a regulamentação, via legislação ambiental, da exploração de recursos naturais no âmbito mundial, buscando prolongar o uso desses recursos, mas sem pensar em melhorias para a sociedade em geral. De fato, os recursos naturais começaram a ser entendidos como combustível para o modelo capitalista.

Desse modo, o que temos hoje é uma capitalização da natureza. No sentido de transformá-la em mercadoria e também de fomentar os mecanismos necessários para que se crie “um novo campo de acumulação de riqueza que se alimenta da destruição acelerada dos recursos naturais e, no caso dos “direitos de poluir”, de danos sem dúvida irreversíveis à biosfera” (Chesnais; Serfati, 2003, p. 21).

Destarte, a preocupação não poderia ser somente a obliteração da natureza enquanto recurso. Fica claro que era necessária naquele momento uma gestão protocolar sobre os países periféricos, para que se impedissem choques decorrentes de falta de fornecimento de recursos naturais por aqueles países.

O crescimento industrial neste período teve por base o uso de técnicas e das ciências, a serviço da hegemonia do Estado capitalista, que subjugou a natureza em prol de grandes lucros. As medidas adotadas a partir da 1ª Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano se mostraram insuficientes para impedir a propagação de danos ao meio natural e, atualmente, assistimos a uma aceleração contínua da divulgação de efeitos que retratam esse processo. Assim, consolida-se um temor mundial sob a denominação de “crise ambiental”.

Na verdade esse temor era, e ainda é, de que a reprodução capitalista fosse destruída pelo esgotamento dos recursos naturais, e isto se tornou, definitivamente, pauta das discussões econômicas mundiais (Oliveira, 2005). Buscando uma solução urgente para a crescente problemática é aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1983, a criação de uma equipe denominada Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento, sob a presidência da primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland. Esta comissão publica o resultado de suas observações em 1987, sob o nome de Relatório Brundtland. Esse documento elege definitivamente a proposta de “desenvolvimento sustentável”, apontando (mas não conceituando) que este modelo de desenvolvimento é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (CMMMA, 1988, p. 9).

Passados alguns anos, novas conferências acontecem e a idéia de desenvolvimento sustentável recebe cada vez mais apoio, tanto de países do Norte como do Sul; porém, em nenhum momento as bases estruturais do modo capitalista de produção vêm sendo questionadas, transformando-se assim o desenvolvimento sustentável na nova forma de expansão das garantias de uso de recursos naturais pelo capital.

Nesse sentido, recordamos que em 1992 aconteceu no Rio de Janeiro a 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que intensificou o debate sobre desenvolvimento sustentável lançando um documento intitulado Agenda XXI, que teve como proposta a implementação da idéia de desenvolvimento sustentável por meio de planos e metas para garantir o desenvolvimento econômico, buscando adaptar o capitalismo à possível escassez de recursos naturais.

Entendendo que a riqueza no modo de produção capitalista tem fundamento na produção de mercadorias, seus administradores se voltam para os elementos naturais em busca de recursos, como afirma Smith (1984), transformando o meio natural em um novo modo de perpetuação da produção.

Isso ocorre, a nosso ver, porque o capital, dentre outros motivos, se sustenta na relação sociedade e natureza como elementos antagônicos, e, como afirma Porto-Gonçalves (1984), na posição de destaque do ser humano como detentor do direito de dominação da natureza. Porém, entendemos que o ser humano faz parte da natureza, e devemos enxergá-los como indissociáveis; sua capacidade de produção tecnológica e material não possibilita o controle total sobre o meio natural (Oliveira, 2005). Como escreveu Karl Marx (2004), não há como dominá-la porque o homem é uma parte da natureza.

E o trabalho, exercido mediante o uso controlado das técnicas é, inevitavelmente, a forma de relação entre a sociedade e a natureza. O tra-

balho, aliado às técnicas, enquanto produção de coisas úteis para preenchimento das necessidades humanas (Smith, 1984), e também como fator de aprofundamento dos laços entre os membros da sociedade pela cooperação (Engels, 2009), é o “centro das relações entre os seres humanos e a natureza” (Smith, 1988, p. 68). Segundo essa compreensão, sendo o trabalho uma atividade exclusivamente humana, fica exposta a relação inseparável entre a sociedade e a natureza, mesmo sob a égide do modo capitalista de produção.

Desse modo, as questões relativas ao meio natural sob a ótica do capital são vistas como problemas que podem ser solucionados, segundo esse raciocínio, exclusivamente a partir de novos aparatos técnicos. Os que adotam este pensamento acreditam na reversibilidade dos problemas relativos ao meio natural com a constituição de dispositivos não poluentes ou filtrantes, ou com a reprodução de espécies em cativeiro, por exemplo. Acreditam irreversivelmente na capacidade redentora da técnica e, de modo arrogante, imaginam um controle real da natureza (Porto-Gonçalves, 1984), criando, portanto, um novo espaço para o capital, o ecocapitalismo (Löwy, 2005).

Na verdade, o componente tecnológico – sem querer menosprezar a importância da tecnologia nos dias atuais, apenas lembrando que seu mau uso é que deve ser questionado – representa um paliativo que de forma alguma vai promover uma nova forma de relação com a natureza; no modo capitalista de produção, efetivamente, torna-se impossível uma interação metabólica entre a sociedade e a natureza.

Qualquer planejamento nesse sentido será sempre um ajuste, pequeno ou grande, mas que não atingirá o cerne do problema, mesmo com maior reutilização ou reaproveitamento, ou com obsessivo zelo para que se evite o desperdício.

O capitalista, na busca de maiores lucros, se volta constantemente contra a natureza enxergando-a unicamente como matéria-prima de seu enriquecimento, ou seja, como combustível desse processo, transforma a natureza para conquistar a essência do capital, o lucro. E a necessidade de lucro recria, constantemente, o modo de exploração de recursos naturais. É inevitável que o aumento de lucros, ainda que de maneira controlada, dependa da exploração do meio natural. E, desse modo, enxergando a natureza como recurso para obtenção de lucros é que o capitalista pretende reproduzi-la (Oliveira, 2005). O equilíbrio dessa exploração representaria

a estagnação do lucro e, portanto, o fim do modo capitalista de produção; e certamente não é este o objetivo das forças hegemônicas que comandam, ainda que sutilmente, as organizações internacionais.

Tornou-se necessário para a saúde do modo de produção capitalista selecionar os recursos naturais que são essenciais para a reprodução do capital e então multiplicá-los, ou conservá-los ou, ainda, protegê-los; fazer uma escolha criteriosa do que é fundamental para a continuidade do desenvolvimento capitalista e fomentar todo um aparato, inclusive ideológico, para que se mantenha inesgotável. E o que não é possível proteger e que pode se esgotar, que seja substituído por algo mais abundante.

Assim, mudanças de ordem técnica serão sempre paliativas, e permanecerá a mesma relação em que o modo capitalista de produção é o responsável pela velocidade do consumo de recursos naturais. Podemos, então, dizer que o desenvolvimento sustentável apresenta-se como ideologia, uma vez que, concordando com Marx, entendemos ideologia como uma falsa interpretação da realidade, que dissimula as contradições inerentes ao modo capitalista de produção, mantendo a dominação de uma elite sobre os demais sem que estes percebam que esta ideologia tem sua gênese nos interesses da classe dominante (Marx, 2005).

A questão inicial que buscamos discutir até o momento foi a aceitação de que o desenvolvimento sustentável, tal como proposto pela ONU, que enfaticamente afirma sua necessidade, pode coexistir com o modo capitalista de produção em seu atual estágio. Percebemos que esta ideia surge como novo parâmetro de organização econômica, política e social, baseado na proposta de uso racional dos recursos naturais para a satisfação das necessidades das gerações futuras; todavia, percebemos que esta proposta foi articulada de acordo com interesses pré-determinados e aceita sem maiores questionamentos.

De acordo com o exposto até o momento, defendemos que o desenvolvimento sustentável vem sendo interpretado como uma hipótese futura, uma necessidade em um momento de transição paradigmática; há, porém, pouca discussão sobre o que esta ideia pode representar. Como resultado, temos a imposição do discurso do medo promovido por vertentes do movimento ambientalista, impregnadas de práticas discursivas ideológicas e incapazes de questionar o modo capitalista de produção. Assim, apresentam soluções que em nada, ou pouco, alteram a relação de exploração de recursos naturais.

A disseminação de uma ideia: notas sobre a prática discursiva ideológica do desenvolvimento sustentável

Considerando que relacionamos a ideia de desenvolvimento sustentável com ideologia, gostaríamos de esclarecer que não é nossa pretensão criar ou recriar definições sobre esta categoria de análise, mas sim nos posicionar de acordo com o pensamento marxista para direcionar nossos próprios caminhos. Nossa proposta, portanto, é relacionar a ideologia com a ideia de desenvolvimento sustentável, em uma tentativa de questionar o controle social exercido pelo imaginário no que diz respeito à relação sociedade e natureza no modo capitalista de produção.

Examinando a história, encontramos em Marx e Engels a elevação da ideologia à condição de categoria analítica. Estes, levando em consideração que industriais e cientistas deveriam dirigir a moderna sociedade e que esta, antes de ser moderna, era burguesa, percebem que o corpo de conhecimento acumulado servia objetivamente para apoiar o sistema capitalista (Marx; Engels, 2005).

Já no início da associação da ideologia com as relações de poder, nota-se que ela “serve aos interesses da classe dominante” (Bottomore, 2001, p. 184). Sobre a questão, Marx e Engels (2005, p. 78) escrevem:

As idéias (Gedanken) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual.

Os autores tratam, a nosso ver, do papel exercido por aqueles que trabalham ideologicamente no sentido da manutenção da ordem social estabelecida. Dessa forma, a ideologia assume uma função de negatividade, ou seja, de realidade ilusória, provocadora de percepções falsas ou de falsa consciência em geral (Oliveira, 1999).

Nesse sentido, Chauí afirma que a necessidade maior da ideologia é ocultar a realidade, fazendo com que as idéias dominantes pareçam verdadeiras. Isto porque a classe dominante necessita não somente do controle das relações materiais, mas também da dominação da produção intelectual, utilizando seus mecanismos de propagação da ideologia (Chauí, 1982).

Esses mecanismos de propagação da ideologia a que Marilena Chauí se refere podem ser entendidos, neste momento e em nossa concepção, como aquilo que Pierre Bourdieu chama de poder simbólico, o qual, por sua vez, se apresenta pelo poder das palavras. Ou seja, o meio pelo qual determinada ideologia se propaga são as palavras organizadas em forma de discursos, palavras que não são ingênuas (Bourdieu, 2010).

Embora ideologia não seja o tema central de Bourdieu, o relacionamos aqui, de acordo com os nossos objetivos, para enfatizar o poder das palavras, principalmente das palavras capazes de criar novos paradigmas ou de subvertê-los; é a crença na legitimidade daquele que pronuncia determinado enunciado que o torna real. E nada mais confiável para o cidadão comum do que as palavras pronunciadas por um organismo internacional tão conhecido como a ONU.

Segundo Bourdieu (2010), é como instrumento de divulgação de conhecimento que os sistemas simbólicos, as palavras, cumprem a sua função ideológica de imposição ou de legitimação da dominação, o que contribui para assegurar o predomínio de um grupo social sobre outro. O que o referido autor chamou de violência simbólica dá suporte às relações de força expressas pelas palavras, contribuindo, assim, para a domesticação dos dominados (Bourdieu, 2010). Nesse sentido, cabe mencionar Terry Eagleton (2007), em sua obra *Ideologia: uma introdução*, que traz a concepção de Pierre Bourdieu sobre a violência simbólica:

Como a violência simbólica é legítima, geralmente não é reconhecida como violência. Trata-se, como observa Bourdieu em *Outline of a Theory of Practice*, “a forma suave, invisível de violência, que nunca é reconhecida como tal e que não é tanto sofrida, mas escolhida, a violência de crédito, confiança, obrigação, lealdade pessoal, hospitalidade, presentes, gratidão, piedade”. (Eagleton, 1997, p. 142)

Como se vê, diferentes grupos sociais estão envolvidos numa luta que pode ser dita como invisível. Produzida através dos símbolos para imporem a definição e a dominação do mundo material e imaterial de acordo com os interesses da classe dominante, as tomadas de posições são impostas, reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais.

É desse modo que se apresenta a ideologia do desenvolvimento sustentável, como um poder simbólico que busca o convencimento e que serve a interesses particulares, em específico, da manutenção do modo capitalista de produção, o que se dá, neste momento, pela imposição de uma

falsa necessidade de preservação de recursos naturais em prol da sobrevivência da humanidade. Na verdade, como tentamos demonstrar, o que ocorre é a busca da manutenção de combustível para o modo capitalista de produção e de privilégios para uma pequena parcela da humanidade, detentora de poderes assegurados pelo capitalismo.

E essa ideologia, criada internamente, tem sua materialização através do discurso; em outras palavras, ela, a ideologia, se cria na mente e nas relações de poder daqueles que detêm o poder, para só posteriormente se materializar através de um canal discursivo. E um discurso pode ser identificado e definido. Não é algo que acontece de maneira aleatória ou espontânea.

O discurso ideológico do desenvolvimento sustentável surge como expressão dominante no debate que envolve questões relativas ao meio natural, social, econômico e político em amplo sentido. Em pouco tempo, desenvolvimento sustentável tornou-se palavra de ordem, assumida indistintamente por diferentes sujeitos, nos mais diversos contextos, e portadora de múltiplos sentidos – tudo, agora, é voltado ao desenvolvimento sustentável.

Entretanto, diante da crescente difusão do discurso ideológico do desenvolvimento sustentável, no contexto de um mundo economicamente globalizado, marcado por relações entre as esferas locais e globais, por dependência política e cultural entre países do centro e da periferia do sistema mundial, recomenda-se a análise de seus significados e a avaliação de suas contribuições (Lima, 2003).

Para tentar compreender este fato – a massificação deste discurso – optamos por tratá-lo inicialmente como um discurso no sentido empregado por Michel Foucault no contexto da arqueologia e, sobretudo, da genealogia do saber-poder. Segundo esse autor, toda sociedade controla e seleciona o que pode ser dito numa certa época; quem pode dizer o quê e em quais circunstâncias, como meio de filtrar ou afastar os perigos e possíveis subversões que daí possam advir (Foucault, 2001).

Ou seja, através da prática discursiva se consegue disseminar uma ideologia. Todo discurso contém procedimentos de seleção e exclusão que estabelecem os limites do permitido e do proibido na arte do falar, do que é aceito e rejeitado, do que é considerado verdadeiro ou falso. Assim, o modo como falamos e pensamos afeta profundamente a vida social, condicionando nosso comportamento e experiência, nossa visão de mundo e, por fim, o próprio mundo que ajudamos a criar (Foucault, 2001).

Se, em suas análises arqueológicas, Foucault se detém sobre a produção do saber expressa através dos discursos, nas análises genealógicas ele enfatiza as relações de poder investidas nesses discursos (Lima, 2003). Saber e poder não existem separados: “não há relação de poder sem constituição correlativa de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder” (Foucault apud Araújo, 2001, p. 72).

E a verdade, resultado da articulação entre o saber e o poder, em Foucault, não existe como um saber essencial e absoluto. Trata-se antes de uma invenção histórica, construída socialmente. Foucault enxerga a verdade como uma interpretação que se impõe sobre o real e torna a realidade reconhecida de acordo com determinado campo discursivo (Lima, 2003). Assim, tanto o saber quanto a verdade veiculados nos discursos estão enraizados no domínio do poder (Foucault, 2005).

Para Foucault, portanto, não há discurso neutro ou desinteressado. Ele nos traz a ideia de que toda linguagem e todo discurso expressa uma vontade de poder e de dominação (Foucault, 2005). Para realizar essa aspiração de conquista, o poder investido nos discursos se associa ao saber, em especial àquele saber ideologicamente reconhecido como verdadeiro.

Destacamos, portanto, apenas a contribuição de Foucault ao reconhecer a ideia de que um discurso proclama um desejo de poder que anseia e luta para ser reconhecido como “a verdade”, em um determinado contexto e em certa conjuntura histórica. Esta “verdade” favorece a legitimação social do discurso quando multiplica seus efeitos de poder e mascara a intenção de domínio nele contida.

Retomando nossos objetivos, reconhecemos que os germes do discurso sobre desenvolvimento sustentável possam ser identificados em diversas falas e contextos históricos remotos (Diegues, 1996). Porém, suas manifestações mais recentes são observadas nos princípios das décadas de 1970 e 1980, momento em que a internacionalização de questões relativas ao meio natural trouxe um elemento novo que ampliava a crítica sobre estas questões na direção de uma revisão mais abrangente do modelo desenvolvimentista e da necessidade de incorporar os múltiplos aspectos que constituem as relações entre a sociedade e a natureza.

Portanto, o discurso ideológico sobre desenvolvimento sustentável, apresentado ao debate público, não é uma construção ingênua. Revela, ao contrário, uma hábil operação ideológica, aparentemente empenhada

em sanar um conjunto de contradições expostas e não respondidas pelos modelos anteriores de desenvolvimento.

Porém, trata-se em primeiro lugar de gerenciar a reprodução econômica do capital ante os efeitos de degradação natural, tanto do ponto de vista da oferta de recursos naturais essenciais à continuidade do sistema produtor de mercadorias, quanto da perspectiva dos resíduos da produção e da poluição, contaminação e degradação daí decorrentes (Lima, 2003). Busca também responder aos questionamentos sobre os limites do crescimento, intensamente discutidos a partir da década de 1970 em fóruns, direta ou indiretamente, relacionados à temática do desenvolvimento.

Carvalho, refletindo sobre o processo, observa que, desde “desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais quanto ao meio ambiente era produzir uma estratégia de gestão desse ambiente, em escala mundial, que entendesse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista” (1991, p. 79).

Dentro dessa perspectiva produtivista, o que se quer preservar de fato é um modelo de acumulação de riquezas onde o patrimônio natural passa a ser um bem. O apelo à humanidade e ao bem-estar dos povos é usado como apologia, sempre citado ao lado dos objetivos de crescimento econômico, emprestando uma preocupação humanista a intenções não tão nobres (Carvalho, 1991).

Os debates sobre os limites do crescimento já reconheciam que as aspirações de todos os povos e países do mundo ao desenvolvimento não podiam seguir os modelos do norte industrializado, pois isso levaria a uma sobrecarga dos ecossistemas.

Desse modo se apresentou a ideologia discursiva do desenvolvimento sustentável. A partir dessa estratégia, os operadores do capital financeiro encontram a maneira adequada de dar continuidade ao ciclo de expansão do capital, criam o espaço necessário para expandir suas formas de dominação, por meio do que chamamos aqui de prática discursiva ideológica do desenvolvimento sustentável.

Do ponto de vista daqueles que questionam este discurso, as críticas se concentram sobre a frágil factibilidade da proposta no contexto de uma sociedade capitalista orientada pelo mercado. Destacam as contradições e ambiguidades que se interpõem entre a retórica do desenvolvimento sustentável e a possibilidade de sua concretização. Nessa direção, são muitas as vulnerabilidades apontadas.

À parte, a própria nomenclatura dada a esta ideia, veiculada pelo Relatório Brundtland, permite uma variedade de leituras que oscilam desde um sentido avançado de desenvolvimento, associado à justiça ambiental (aquela condição de conceber direitos à natureza) e à renovação ética, até uma perspectiva conservadora de crescimento econômico ao qual se acrescentou uma variável ecológica. Essa polissemia revela o curioso paradoxo de reunir, ao mesmo tempo, a força e a fraqueza do discurso, a depender do olhar e dos interesses de quem observa. É o que apontam Chesnais e Serfati (2003, p. 21):

A denúncia dos desastres pelos relatórios dos peritos científicos, as associações ecológicas, os movimentos de resistência das populações diretamente concernidas levaram os governos e as organizações internacionais a se preocupar com essa questão. Eles o fizeram com a preocupação de permitir que a acumulação do capital rentista e o modo de consumo fundado na destruição ecológica prosseguissem. Assim, as políticas neoliberais enfatizaram a criação de mercados financeiros especializados, cujo objeto é a imposição de direitos de propriedade sobre elementos vitais como o ar, mas também a biosfera enquanto tal. Eles devem deixar de ser “bens livres” e tornar-se “esferas de valorização” fundadas pela instauração de direitos de propriedade de um tipo novo (os “direitos de poluir”) e de “mercados *ad hoc*”.

A evidente ênfase dada aos aspectos econômicos e tecnológicos das questões relativas ao meio natural também contradiz as promessas de uma abordagem plural e complexa de desenvolvimento; sugere, ainda, o predomínio da esfera do mercado na condução da idéia de desenvolvimento sustentável em detrimento da sociedade civil e do Estado. Para os setores interessados num projeto de mudanças de maior amplitude, esse desenvolvimento sustentável de mercado, que tem orientado as ações e debates recentes, denuncia a falácia dessa ideologia e seu discurso.

Considerações finais

Consideramos, portanto, que a ideia de desenvolvimento sustentável representa a perpetuidade da reprodução do modo capitalista de produção; a afirmação do capital enquanto detentor da natureza, enxergando-a como recurso para sua reprodução; e, ainda, a continuidade da pressão exercida por blocos econômicos através do controle dos recursos natu-

rais de países dependentes. Logo, não estamos diante de uma proposta alternativa. A proposta de desenvolvimento sustentável, como vem sendo trabalhada, significa um ajuste da ordem vigente sem atacar os pilares da conjuntura hegemônica atual, atendendo, portanto, aos anseios da classe dominante.

Apontamos também que a ideologia do desenvolvimento sustentável fica disfarçada mediante um potente discurso de proteção da natureza, que cria uma ilusão acerca de práticas menos agressivas do homem para com a natureza, o que se dissemina inclusive entre as classes dominadas. Desse modo a ideologia do desenvolvimento sustentável configura-se como um mecanismo de dominação. Descaracteriza a realidade e incute uma fantasia de que a idéia proposta constitui dogmas universais.

Portanto, o desenvolvimento sustentável tal como está sendo proposto e trabalhado não se compromete, de maneira alguma, com a satisfação de necessidades humanas, e nem tampouco com gerações presentes ou futuras, mas sim com as necessidades do capital. Lutar pela sua implementação significa, então, lutar pela manutenção do modo capitalista de produção.

Por fim, esclarecemos que não temos posicionamento contrário a esta idéia; o que procuramos questionar é a forma como ela vem sendo tratada e incorporada pelo capitalismo. Não somos contrários a buscar outro modelo de desenvolvimento, mas procuramos demonstrar que não concordamos com a assimilação desta ideia pelo modo capitalista de produção sem maiores questionamentos, até porque, levantando a bandeira de salvadora do mundo, na verdade, essa proposta muito pouco tem contribuído.

Referências

- ARAUJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. UFPR, 2001.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2010.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A eco-democracia. *Revista Políticas Governamentais*, v. 7, n. 75, p. 1, 1991.
- CARVALHO, Pompeu F. de; MAURO, Cláudio A.; COSTA, José L. R. A questão ambiental demandando uma nova ordem mundial. In: SOUZA, Maria Adélia A.;

SANTOS, Milton; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, Mônica (Orgs.). *O novo mapa do mundo. Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec, 1993.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHESNAIS, François; SERFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. Crítica marxista. *Revista do Centro de Estudos Marxistas* (CEMARX), n. 16. Campinas. São Paulo: Boitempo, 2003.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMMA). *Relatório Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *O que é filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1997. (Coleção Trans).

DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Ed. Unesp/Boitempo, 2007.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Escala, 2009.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2005.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação e sustentabilidade: possibilidades e falácias de um discurso. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. VI, n. 2, jul./dez. 2003.

LÖWY, Michael. *Ecologia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. 1ª reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2005.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A ideologia do desenvolvimento sustentável: notas para reflexão. *Revista Tamoios*, Rio de Janeiro, v. I, n. 2, p. 33-38, 2005.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. Ideologia: atualizando a reflexão. *Concinnitas*, Rio de Janeiro, v. 1, p. 145-153, 1999.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Notas para uma interpretação não-ecologista do problema ecológico. In: MOREIRA, Ruy (Org.). *Geografia: teoria e crítica*. O saber posto em questão. Petrópolis: Vozes, 1982.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1984.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1984.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino geográfico*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

Guilherme Magon Whitacker - Possui graduação em Direito pela Universidade do Oeste Paulista Unoeste, especialização em Direito Ambiental pela Universidade Federal de Pelotas e curso técnico em meio ambiente pelo Senac de Presidente Prudente. Atualmente é mestrando em Geografia na Universidade Estadual Paulista.

Recebido para publicação em setembro de 2012

Aceito para publicação em janeiro de 2013